

VARÕES REPUBLICANOS

QUATRO RETRATOS DE VULTOS POLÍTICOS DA I REPÚBLICA: MACHADO SANTOS, AFONSO COSTA, JOÃO CHAGAS E SIDÓNIO PAIS

João Medina

1. Machado Santos, o republicano recalitrante

Machado Santos, o homem que fez triunfar a República nas horas decisivas da revolução, durante as quais, na Rotunda, a sorte das armas vacilou e a vontade dele, mais a que uns quantos heróis ali presentes, com destaque para meia dúzia de sargentos que decidiram unir os seus destinos aos daquele comissário naval, fez pender a sorte para a causa verde-rubra, e assim – na medida em que, em dados momentos decisivos uns quantos homens podem fazer inflectir a marcha da História –, alterou de modo decisivo os fados nacionais no sentido que quis fossem os nossos, – Machado Santos teve um destino político e pessoal muito contraditório, cheio de paradoxos. Um deles estava no facto de que, uma vez triunfante a causa pela qual se batera com denodo e galhardia inegáveis – uma vez que não se pode levar a sério a tese de que o 5 de Outubro foi um "bambúrrio", como já então várias vezes foi dito e foi escrito –, acabaria por viver marginado nesse regime que fundara: marginado e sempre recalitrante, eterno conspirador contra a própria República que fundara resistindo no alto da Avenida da Liberdade, topónimo tão adequado para designar os avanços e retrocessos da Liberdade entre nós, liberdade tantas vezes jogada na Rotunda, em 1910 como em 1917...

Tendo portanto liderado, como um dos três membros da Alta Venda, a conspiração carbonária para derrubar pela força a monarquia constitucional, nisso chocando desde logo com os preconceitos e os escrúpulos ou temores legalistas dos que, como Bernardino Machado, julgavam ser possível arrebatam o poder aos monárquicos pela simples pressão do voto – esquecendo-se aliás que a máquina eleitoral estava viciada desde há décadas de modo



"O sr. Antonio d'Azevedo Machado Santos, commissario naval, que commandou as forças revolucionarias no Alto da Avenida onde heroicamente formou o baluarte da Republica".
Legenda da fotografia publicada na *Ilustração Portuguesa* de 17-X-1910.

a favorecer os grandes cacicatos dos poderes estabelecidos – e tendo, pelo seu heroísmo, fundado a República com um golpe de audácia e de fé, este modesto comissário da administração naval – ou seja, com um posto equivalente ao de tenente no exército – sentiu-se deslocado dentro dela, começando por fazer-se jornalista nas colunas do seu *O Intransigente*, e liderando, daí até

à sua morte trágica, na noite infame de 19 de Outubro de 1921, uma fracção político-partidária bastante minoritária e até irrelevante no xadrez eleitoral – a Federação Nacional Republicana –, estando assim condenado a não poder influir deveras nos mecanismos do novo regime a não ser pela mesma via de que se servira para liquidar a situação anterior a ele, ou seja, pela conspiração, pelo golpe de força, pela força das armas...

E, assim, isolado no seu radicalismo, com os galões inúteis de almirante e a absurda recompensa monetária que o Parlamento lhe concedeu e com a qual fundou um jornal donde esperava poder orientar o novo regime, fazendo ecoar o protesto de um Basílio Teles, que sonhara com uma República semelhante àquela que os Jacobinos tinham levado a cabo com a Convenção e o Comité de Salvação Pública, Machado Santos era uma espécie de estátua do comendador a lembrar aos políticos que tinham vindo em tropel assenhorear-se do seu carro triunfal de 5 de Outubro de 1910, para o expulsarem do novo templo onde agora pontificavam os habilidosos, os "adesivos" e sobretudo os expeditos como Costa ou Almeida ou Camacho, em suma, os da eterna conspirata palavreira e politiqueira contra a carcomida e tão apupada e desacreditada monarquia que só ele, o pouco falador e inábil comissário naval administrativo, lograra atirar, com a ajuda da sua espada de oficial não combatente, para a lixeira da História. Mas nunca lhe perdoaram o heroísmo e o triunfo da República na Rotunda, pois foi um comando de facínoras manipulados e pagos por conspiradores monárquicos – lembremos os nomes de Gastão de Melo Matos, o padre Lima, Carlos Pereira... –, disfarçados de radicais, que, aproveitando-se da conturbada noite de mais uma revolução, a de 19 de Outubro de 1921, o haviam de sequestrar, meter numa camioneta – a famigerada "camioneta fantasma" – e o levar ao Largo do Intendente, onde o fuzilaram, como o faziam ainda a outros heróis de 1910, como Carlos da Maia e António Granjo. Evocando esta morte ignóbil, Cunha Leal escreveu na altura:

"Como é triste morrer esmagado pelo desabar do sonho de toda uma experiência! Sentir a República grudada a todo o nosso ser, senti-la nas mais íntimas células do organismo, sacrificar-lhe os interesses sagrados da Família, e ser chacinado em nome dessa mesma República por facínoras, armados em bons republicanos! Oh, os miseráveis, os miseráveis!"

De facto, como o diz neste texto Cunha Leal, os seus assassinos na chamada "noite sangrenta" – essa mesma que um escritor como Raúl Brandão evocou de modo tão pungente nas suas memórias –, os mesmos que também mataram Carlos da Maia e Granjo, eram cabos da Marinha e civis pagos e manejados por conspiradores monárquicos que, com altas protecções na finança e nos jornais, sobretudo no diário *Imprensa da Manhã*, tinham planeado vingar-se da morte de D. Carlos e da implantação da República, aproveitando-se para este intento criminoso de uma qualquer nova perturbação da ordem pública, tão frequentes na época, o que se proporcionou naquele sinistro 19 de Outubro.

Isolado, pois, durante a República parlamentar que desde então vingou contra os seus propósitos de radicalismo reformista republicano, Machado Santos viveria para conspirar, recalçar, para criticar com cólera e espreitar as ocasiões azadas para retomar o poder que o seu heroísmo lhe concedera de modo tão efêmero nos começos do novo regime, funcionando neste como um constante conspirador destinado sobretudo a dar apoio aos que, de um modo ou de outro, haveriam de tramar pela via conspirativa contra a onnipotência das forças partidárias do novo regime, ou seja, os democráticos de Afonso Costa, o Partido Democrático. Lembrou-o Rocha Martins, o jornalista monárquico que tanta amizade tinha pela vítima da Noite Sangrenta, ao evocá-lo nestas palavras:

"Tu eras o doido herói dragonado, vestindo-se para a rebelião como para uma boda, o crente que ficava na barricada enquanto os chefes fugiam; tu eras o idealista duma conciliação da família portuguesa, como se cevados pudessem deixar de grunhir diante das pias ou dos chiqueiros. Eles nunca te perdoaram, meu amigo, e por isso, no dia de hoje [Rocha Martins escrevia isto em 1923, na ocasião de mais um aniversário do 5 de Outubro], quando lançam nos ares os seus foguetes e acendem os seus inofensivos morteiros, é como se festejassem a tua morte, o teu assassinio, o teu desaparecimento. Saúdam-se a si próprios. São eles os verdadeiros fundadores desta República."

Chegaria mesmo Machado Santos, para efeitos conspirativos contra aquela torpe República parlamentar e, apesar disso, eternamente regida pela onnipotência arbitrária de Afonso Costa, esse regime que não se amoldava ao sonhado esplendor da visão entrevista na madrugada de Outubro, ao ponto de coligar-se com alguns dos mais resolutos e eternos inimigos do próprio regime, desde os monárquicos aos católicos e aos anarco-sindicalistas, passando por alguns sectores de formação ditatorial e que, desde a teorização solitária de Basílio Teles aos tentames protofascistas dos anos vinte, sonhariam com um regime de tipo castrense ou, pelo menos, de cariz acentuadamente autoritarista, antiliberal, dirigista ou cesarista, fundado na chefia pessoal dum líder todo carismático, regime que teria no Sidonismo a sua primeira realização evidente.

Assim o iremos encontrar, logo em 1915, ao lado da ditadura de Pimenta de Castro e, desde a instauração da República Nova, em 1917, como apoio essencial da ditadura sidonista, que serviu com sinceridade e alguma contradição, primeiro como ministro do Interior, desde Dezembro de 1917 a Março do ano seguinte, e, depois, como ministro das Subsistências e Transportes, de Março de 1918 a Maio desse mesmo ano, para continuar no governo da República Nova, agora como Secretário de Estado das Subsistências e Transportes – note-se que, ao acumular o Presidente da República o cargo de primeiro-ministro, os ministros passavam todos, como sucedia no sistema norte-americano, que Sidónio quis copiar, a ser simples secretários de Estado –, de Maio a Junho desse ano, momento a partir do qual o vemos inclinar-se para criticar o seu amigo Sidónio e colocar-se cada vez mais ao lado dos que

abertamente contestavam a via autoritarista e retrógrada do novo regime que o major-ditador liderava com carismática suficiência e evidente cegueira política. De agora em diante, o recalitrante republicano Machado Santos volta a aproximar-se daqueles mesmos que durante anos a fio implacavelmente criticara ou combatera.

De facto, após os assassinatos cometidos pela polícia sidonista durante a chamada "leva da morte", em Lisboa, em Outubro de 1918, Machado Santos, regressado ao Parlamento, critica as prepotências policiais, as perseguições políticas e os dez mil e tantos prisioneiros políticos nas enxovias do regime deembrista, ao mesmo tempo que, pondo-se de acordo com outras figuras desiludidas com a evolução da ditadura de Sidónio – entre as quais o também antigo ministro desta, o oficial da marinha e herói do 5 de Outubro, Carlos da Maia, que também seria abatido na "noite sangrenta" –, adverte a República Nova de que se prepara uma insurreição monárquica para reimplantar o regime caído em 1910, o que não tardaria a confirmar-se no Porto e, logo em seguida, às portas da capital, uma vez assassinado, em Dezembro de 1918, o Presidente da República. Por isso o vemos então enfileirar ao lado dos que irão combater os insurrectos monárquicos em Monsanto e, depois, no Norte. Aqui, mas só aqui, estaria Machado Santos ao lado dos demais republicanos de ontem, no comum combate contra os que queriam restaurar a deposta realza, agora que estava morto Sidónio Pais, esse republicano sincero mas equivocado – tal como o seu contraditório amigo Machado Santos...

Mas recuemos um pouco e recordemos ainda que, em 13 de Dezembro de 1916, em Tomar, Machado Santos, regressando amnistiado dos Açores, para onde o atirara a sua participação na ditadura pimentista, conspirara de um modo que não pode deixar de lembrar (pelos apoios solicitados e pelas esperanças então acalentadas, bem como pelos princípios antiafonsistas que tencionava pôr em prática, nesse golpe militar que acabaria por fracassar, e que o levaria a ser preso uma vez mais pela República que ele mesmo fundara, ficando doravante encarcerado no antigo palácio do Fontelo, em Viseu) o sidonismo triunfante na Rotunda – de novo tudo se jogara no reduto entrincheirado ao alto da Avenida da Liberdade!... –, que o iria buscar em 1917 para o levar para as cadeiras do poder.

Restaurada a República velha, com o governo de José Relvas, Machado Santos retira-se praticamente da vida política. Envelhecera precocemente este homem que, ao ser abatido a frio, por uma horda de facínoras, apenas com 46 anos, era já, de facto, um velho. Numa República de dúbios republicanos, maciçamente composta de "adesivos" de tão suspeita sinceridade ideológica, Machado Santos, ao desaparecer da maneira trágica que foi a sua, deixou de algum modo para sempre maculado e irremediavelmente truncado o próprio ideal que servira em momentos de diamantina fé, de forte esperança e de efémera glória. Aquele admirante que não chegara sequer a meio século de vida quando o "Dente de Ouro", um cabo da marinha, o fez varar de balas, ao cair estoicamente no Largo do Intendente, onze anos depois de proclamada a

República, era a vítima suprema duma revolução que assim devorava os seus melhores filhos, imolando-os num altar onde o sacrifício de Abraão se repetia com um sentido macabro e absurdamente suicida: ao permitir que o seu filho fosse prostrado pelo cutelo, sem que nenhum anjo salvador suspendesse o gesto homicida, os deuses lusos deixavam que acabasse, no opróbrio, na ignomínia e no sangue, que nunca mais seca na memória colectiva, o próprio ideal que levava homens puros e abnegados como Machado Santos a resistirem na Rotunda, sob a metralha inimiga, apostados em mudarem os destinos dum país.

País que, afinal, acabara governado por aqueles que tinham fugido, minados pela descrença, nesse mesmo 4 e 5 de Outubro de 1910 – e são eles, os Sá Cardosos e os Afonsos Pala, que têm os nomes perpetuados nas ruas da capital, enquanto o nome de Machado Santos não foi ainda dado a nenhuma esquina da cidade... –, e que depois, recuperados a tempo e de parceria com a legião grunhadora dos "adesivos" ou conversos por interesse, formariam o essencial da nova ordem dirigente no poder. Como poderia então manter-se activo, influente ou sequer existir um homem de um só rosto, ainda que contraditório como o de Jano, chamado António Maria Machado Santos...?

2. Afonso Costa, o Costa Cabral da República

Havia neste jurista de estatura pequena e olhar duro, algo de um ditador, talvez mesmo de um déspota, como alguns dos melhores analistas do seu tempo não hesitaram aliás em escrever. Disseram-no, por exemplo, em tons diferentes e por motivos talvez distintos, com maior ou menor severidade, espíritos lúcidos e elevados como João Chagas, Carlos Malheiro Dias, Francisco Rocha Martins, Fernando Pessoa e Raúl Proença, ou seja, homens com as mais diversas formações político-ideológicas. De facto a sua semelhança com estadistas como Costa Cabral ou João Franco ou até Robespierre – pois a todos eles foi o nosso beirão repetida e insistentemente comparado em vida – não se inscreve num mero exercício de metaforismo histórico, de imagens literárias mais ou menos felizes ou fórmulas sumárias para usos comicieiros. Não, elas exprimem uma ideia profunda, que não foi suficientemente sublinhada pelos estudiosos do fenómeno Afonso Costa (depois de uma historiografia rapidamente adversa ao político de Seia, durante o Salazarismo, tivemos uma outra, igualmente sectária, portanto falseada, porque toda em louvor do homem da lei da separação das Igrejas e do Estado, apresentado até como um "social-democrata"...).

O facto é inegável: havia nele um temperamento de déspota, uma alma de ditador, e foi de facto uma ditadura que Afonso Costa exerceu, ainda que temperada por alguns escrúpulos legais e contida dentro de certas baias constitucionais, durante os 16 trepidantes anos que durou a I República. Ele dirigiu com mão de ferro vários gabinetes, ou foi dentro deles o *homem forte*



Dr. Afonso Costa, ministro da justiça. Fotografia publicada na capa da *Ilustração Portuguesa* de 21-X-1910.

do novo regime, a começar pelo primeiro, o do Governo provisório, de Outubro de 1910 a Setembro do ano seguinte, sendo ali o homem basilar nas reformas, sobretudo na invenção da implacável máquina de guerra montada contra a Igreja, sendo seu escopo confesso o de acabar com o Catolicismo em duas gerações, como triunfalmente o anunciou, em vésperas de proclamar "a Basilar" – assim era designada a lei de separação de 20 de Abril de 1911 –, numa reunião maçónica (e já agora note-se que o seu nome maçónico era de "irmão Platão", o que dá bem a sua imodéstia ou a sua falta de sentido das

proporções...). Nesse primeiro gabinete, foi ele a alma do novo regime e foi durante ele que pôde actuar com certo desembaraço quanto a restrições parlamentares, que só começariam em Maio do ano seguinte, após a eleição das Constituintes.

Chefiou depois três gabinetes, sempre com mão férrea, primeiro em 1913, em seguida em 1915 e, por fim, em 1917, tendo sido apeado deste último pela revolução sidonista de Dezembro desse ano, sendo então preso num hotel no Porto, trazido para Lisboa, metido no cárcere de Elvas e mandado finalmente para o estrangeiro alguns meses depois, aliás sem nunca ter sido submetido a julgamento, exílio de onde só voltaria de quando em quando, preferindo ter homens de confiança sua a comandar o partido hegemónico do regime republicano, o chamado Partido Democrático, também designado popularmente como afonsista ou "formiga branca". Entre estes lugares-tenentes figurava o antigo carbonário António Maria da Silva, que também liderou diversos governos até que a contra-revolução do 28 de Maio pôs fim não só à sua carreira mas também ao regime republicano, e, por quase meio século, à existência da própria Liberdade em Portugal...

A par da sua rigidez dogmática, voluntariosa e destemida, reforçada pela *secura* toda abstracta de um espírito essencialmente jurídico, ou seja, formalista e sem grandes asas ou imaginação, este homem temerário e insensato soube, como ninguém, depois de João Franco ou antes de Salazar, despertar ódios e sentimentos rubros, tanto de devoção beata – teve uma estatueta de prata feita por um ourives do Porto e foram-lhe dados inúmeros presentes de admiradores políticos, ficando célebre o tinteiro de prata executado pelo grande medalhista João Silva, e no Carnaval as crianças mascaravam-se de Afonso Costa... – como no extremo oposto. No campo da execração, foi detestado a ponto de o seu nome ser dado a cães e de se ter engendrado em redor do "anti-Cristo de Seia", uma verdadeira lenda negra: por exemplo, corria vulgarmente a atoarda de que receberia dinheiro por cada soldado português que partisse para a guerra. E um fado, em 1915, falava dele integrado numa sucessão catastrófica de homens de apelido Costa:

"Um Costa matou o rei [D. Carlos]
Outro Costa o Presidente [Sidónio]
Vem agora outro Costa [Afonso Costa]
dar cabo da gente".

Uma outra variante rezava:

"E um Costa que eu cá sei
É a desgraça de muita gente".

O profetismo desta versalhada fadista seria perfeito se pensarmos que o tal Costa que veio mesmo "dar cabo da gente" se chamaria, na realidade Gomes da Costa: era a espada que parturejou o golpe liberticida de Braga, em 1926, pondo fim deste modo caseiro, ao atadíssimo nó górdio da I República.

A brutalidade de Afonso Costa – Fernando Pessoa não hesitou em achar-lhe mesmo um ar "patibular" e de o designar por "jesuíta vermelho", "destemperada besta" que "não merece a consideração devida a qualquer vulgar membro da humanidade", "pobre idiota", "escroque-nato" e outros vitupérios de igual rudeza... –, a brutalidade de Afonso Costa, dizíamos, e a sua agressividade nos processos de actuação tinham aliás a comprová-lo, do modo mais rotundo, um evento que o actual biógrafo deste político nefasto preferiu omitir no seu estudo: o facto de, uma vez, ter ido ao Porto expressamente, em Janeiro de 1902, para agredir fisicamente o célebre escritor e intelectual republicano Sampaio Bruno. Costa era, na altura, catedrático de Direito em Coimbra – estranho facto se pensarmos que usava da agressão física para provar os seus pontos de vista ideológicos ou de estratégia do partido, pois foi por causa disto que se decidiu a ir espancar aquele vulto cimeiro do pensamento democrático – e tinha o professor apenas 31 anos. Quanto ao agredido Bruno, tinha então 45 anos mas era já um homem envelhecido.

Costa fez a agressão em plena rua Sá da Bandeira, no Porto, munido dum "box" de ferro, deixando o escritor português bastante ferido. Na confusão que se gerou após a agressão perpetrada – "tentativa de homicídio" lhe chamou um jornal no dia imediato –, Costa refugiou-se numa loja, escondendo-se no interior dela, sendo esta logo fechada. O caso, relatado pela imprensa da época, e que pode ser lido, por exemplo, na reportagem que dela fez um influente jornal republicano do Porto, *A Voz Pública* do dia seguinte, 12 de Janeiro de 1902, foi em larga medida esquecido nos anos subsequentes, sobretudo devido aos elevados postos ministeriais ocupados pelo docente e feroz agressor: três vezes presidente do ministério, ministro da Justiça – da Justiça!... – no Governo Provisório, ministro das Finanças em 1913-14, dos Negócios Estrangeiros em 1913, de novo das Finanças em 1915 e 1916... O único escritor que, anos a fio, com particular sanha anti-Costa, se aplicou a recordar esta cobarde agressão nos começos do nosso século, foi o truculento jornalista Homem Cristo Pai, autor de inúmeras obras contra o regime republicano e o seu chefe mais notório. E já que abordámos este capítulo de violências, lembremos que um senador republicano tentou assassinar Costa, logo após a revolução do 14 de Maio de 1915, mas não o encontrando no comboio Lisboa-Porto, onde julgava que ele viajaria, desfechou vários tiros sobre João Chagas: chamava-se João José de Freitas.

Depois do Sidonismo, Costa manteve-se quase sempre no estrangeiro, como diplomata luso nas negociações do tratado de Versalhes e, sobretudo, como advogado de importantes companhias ligadas a negócios africanos e a bancos, como o Banco Nacional Ultramarino. Vivia no hotel Vernet em Paris levava a vida confortável dum grande advogado europeu de largos proventos, ao serviço das multinacionais, só condescendendo em vir até ao seu país estudar a hipótese dum "come back" político, em 1923, tendo entretanto sido eleito para a Presidência da República um homem que era afecto ao seu partido, Manuel Teixeira Gomes, o nosso jurista truculento encarou a pro-

habilidade de chefiar um gabinete, que, a ter-se constituído, teria sido o quarto ministério consigo à cabeça. Gorou-se porém este tão aguardado tentame e Costa voltou ao confortável exílio na "cidade luz", a tratar dos seus negócios e a enriquecer o seu pecúlio.

Em Portugal, a sua figura suscitou sempre dedicações excessivas e ódios não menos ferozes, sendo motivo de uma profusão de diatribes, caricaturas e sátiras de todo o género. Houve mesmo um longo poema satírico contra ele, duas vezes aplicado, a *Afonseida*, do poeta Octávio de Medeiros, que cantou em tom sarcástico a sua fulgurante carreira, sem se esquecer do caso do famoso desastre de 3 de Julho de 1915, quando Costa, ao julgar-se vítima de mais um atentado num eléctrico a caminho do Dafundo, se atirou pela janela do mesmo, fracturando o crânio e ficando alguns dias no hospital de São José, às portas da morte, enquanto numa maldosa adivinha rimada se perguntava: "Qual é a coisa, qual é ela, que entra pela porta e foge pela janela?" Este pseudo-atentado do eléctrico e o acidente que ia custando a vida ao ilustre político – porque já houvera outros, falsos ou verdadeiros, sobretudo no seu governo de 1913, quando o "racha-sindicalistas" (como era conhecido pelos operários) se empenhou em destruir a União Operária Nacional e partir a espinha ao sindicalismo revolucionário luso da altura, mandando prender e expulsar para o estrangeiro vários dirigentes sindicais, como o anarco-sindicalista Pinto Quartim, despachado de barco para o Brasil, sob o pretexto de que lá nascera... – foi razão para que um obscuro poeta da altura passasse também um mau bocado precisamente por causa deste episódio, porquanto, sob o pseudónimo (aliás, heterónimo) de Álvaro de Campos – Eng.º Álvaro de Campos – entregou a 6 de Julho a um jornal de Lisboa uma carta-manifesto futurista onde, a dada altura, cometia a *gaffe* prodigiosa de se referir ao caso célebre, ocorrido três dias antes, escrevendo, a dada altura da sua prédica a favor da revista *Orfeu* e dos camaradas futuristas:

"(...). De resto, seria de mau gosto repudiar ligações com o futurismo numa hora tão deliciosamente mecânica em que a própria Providência Divina [com maiúsculas!] se serve dos carros eléctricos para os seus altos cometimentos".

Esta nota dada ao jornal *A Capital* suscitou tal indignação entre os fanáticos do ilustre político ferido que o poeta teve mesmo de se esconder por uns dias para fugir às esperadas represálias da "formiga branca" – a polícia do partido democrático ou afonsista, um verdadeiro serviço atrabiliário de ordem, disposto a castigar todos quantos discrepassem do aparente unanimismo que rodeava a figura devotamente aplaudida do chefe republicano – e que alguns futuristas, talvez menos dados a crerem em "delícias mecânicas" ou mais atreitos a recearem serem punidos com pugilatos por simples punhos humanos, preferiram ir a correr ao jornal para lhe comunicarem que não se solidarizavam com a tal carta do Sr. Eng.º Álvaro de Campos, aliás Fernando Pessoa: assim o fizeram os valentes e esfusiantes modernistas chamados António Ferro, Mário de Sá Carneiro, Almada Negreiros e Alfredo Guisado, todos muito receosos de se verem envolvidos no escândalo da carta de Pessoa

satirizando o caso do eléctrico... Quanto ao pintor Almada Negreiros – autor da maior imprecação de toda a História da cultura em Portugal – o célebre *Manifesto anti-Dantas*, desse mesmo ano de 1915 –, foi também ao jornal apresentar a sua palinódia, insistindo no facto de que, segundo lhe tinham contado amigos íntimos de Pessoa, este teria confessado que escrevera a referida carta "em manifesto estado de embriaguez": eram desta têmpera os briosos moços da *Orfeu*...

Mas não estava decerto em estado de etilização o ponderado seareiro Raúl Proença quando, alguns anos volvidos, mais exactamente em 1923 – constando que Costa tornara a Portugal para estudar a hipótese de voltar enfim a formar governo, e que teria sido o primeiro por si tentado desde o fim da primeira guerra mundial e após a experiência traumática do Sidonismo, que lhe valera ser preso no Porto e metido numa prisão militar no Alentejo –, deixou nas páginas da *Seara Nova* um retrato de Afonso Costa, no qual dizia esperar que o político fosse capaz de "fazer tábua rasa da velha e desconceituada política de expedientes e falso radicalismo a que ligou o seu nome. A sua figura – continuava Proença –, deve reconhecer-se, sempre sobressaiu como a mais alta afirmação política da República. Dotado de excepcionais faculdades de trabalho, de um belo temperamento obstinado de actividade entusiasta, o Sr. Afonso Costa bem depressa se ergueu acima das energias frouxas, dos temperamentos moles e dessorados, das almas sem confiança dos políticos que o rodeavam ou o combatiam, alguns dos quais, tidos como mais inteligentes ou mais cultos, se inutilizavam no entanto numa simples actividade crítica e dissolvente."

E prosseguia Proença, afirmando que Costa nunca viu os nossos problemas como um conjunto, nunca concebendo portanto a política como um todo orgânico e a salvação nacional como um sistema de soluções interdependentes, e que nunca a ideia duma reforma completa na estrutura mental e económica do País preocupou o seu espírito. Governara "rodeado de uma centena de imbecis e de incompetentes", e agora queria voltar à ribalta e reassumir a chefia do governo, sendo porém de suspeitar, rematava Proença, que havia de voltar aos erros e cair nos mesmos vícios em que anteriormente incorrera nos sucessivos ministérios seus, desde 1910 a 1917, ou seja, desde os primeiros dias da República ao Sidonismo ou "República Nova" (artigo na *Seara Nova* de Outubro-Novembro de 1923).

Como dissemos já, Costa não chegou então – nem nunca mais – a formar ministério, preferindo voltar para o exílio doirado em Paris e deixando que homens da sua confiança, do seu partido democrático, o eterno ganhador das eleições, tomassem conta do País, e o governassem por ele – mal, já se vê. Homens de vista curta e entendimento estreito, anões como o eterno António Maria da Silva, se encarregariam, assim, de lhe perpetuar os vícios mentais e políticos à frente do Governo, a ponto de se ter cunhado na altura a expressão de enfado total – "Tudo, tudo, menos António Maria da Silva!", a qual se chegou a somar a de "Antes Afonso XIII do que Afonso Costa". Sim,

a fadiga e a desilusão suscitadas pela I República tinham levado os Portugueses da altura a desejarem mesmo TUDO, realmente tudo, qualquer panaceia de resultados garantidos e radicais para pôr fim à balbúrdia sangrenta daquele regime de prepotências constantes e incapacidades provadas, mesmo uma ditadura militar, mesmo uma qualquer ditadura de contornos indecisos e de perfil brumoso, cujo significado exacto, catastróficas consequências e terrível hipoteca para as gerações futuras se ignoravam na altura. Foi esse, em suma, o principal resultado da governação do antigo agressor de Sampaio Bruno: criar na esmagadora maioria dos seus compatriotas tal asco ao seu nome, ao seu vulto e à sua política que lhe preferiam tudo, mesmo serem devorados pela Besta ditatorial, cujos dentes todavia não imaginavam – mas como podiam imaginar? – que fossem tão duros, tão tenazes...

3. João Chagas, de conspirador a diplomata

João Chagas constitui uma das figuras mais interessantes do movimento republicano português entre 1890 e os finais da República, ou seja, desde o momento em que o Ultimato britânico o lançou na agitação contra o regime monárquico-constitucional a que estava tão íntima e familiarmente ligado – seu tio era o célebre deputado e escritor Manuel Pinheiro Chagas –, até ao momento em que falece no Estoril, em 28 de Maio de 1925, a um ano do movimento bracarense que decapitou o regime que este jornalista, panfletário, conspirador e diplomata tão esforçada e activamente servira. Chagas era uma figura simpática de literato bem vestido e de estilo fluente, de homem muito lúcido, culto e destemido, de espírito todo elegante, grande "jouisseur", mas um hedonista que sabia arriscar o seu futuro nas situações mais dramáticas. Ficaria sobretudo lembrado como político, mas foi também um grande escritor que merecia ser recordado e reeditado ainda hoje, porque manejava com igual facilidade tanto a pluma do crítico literário como o florete do panfletário. Como escritor, Chagas está hoje, infelizmente, esquecido de todo, a ponto de só ser mencionado de raspão na *História da Literatura Portuguesa* de Óscar Lopes e António José Saraiva, o que é, no mínimo, injusto, já que as suas crónicas literárias e os seus artigos de crítica social e de combate político, sem falar nas suas cartas espirituosas e lúcidas, lhe garantem um indelmentível posto de destaque nas letras nacionais.

De facto, ele deixou uma das obras mais importantes – e por isso mesmo mais injustamente esquecida – do nosso jornalismo político e de ideias, ou de doutrinação democrática, sendo o autor de alguns dos documentos basilares para se compreender a formação, a evolução e os parâmetros ideológicos do nosso republicanismo – obras como as *Cartas Políticas*, de 1909-1910, os livros *Homens e Factos* e *De Bom Humor*, ambos de 1905, a *História da Revolta do Porto* (de colaboração com António Maria Coelho), *As Minhas Razões*, de 1906, o *Diário de um Condenado Político*, de 1892-93, *Trabalhos Forçados*, de 1900, os quatro volumes do seu *Diário* político, publicados



João Chagas – Presidente do Conselho de Ministros da República Portuguesa (*Cliché Vasques*)", fotografia publicada na capa da *Ilustração Portuguesa* de 11-IX-1911.

postumamente, sem esquecer as elegantes e espirituosas cartas que trocou com figuras do seu meio e do seu tempo – nomeadamente com o seu grande amigo, o humorista Jorge Cid. O seu *Diário* merece realce nesta bibliografia de Chagas, já que constitui um acervo precioso de reflexões, testemunhos, retratos morais e psicológicos de homens e situações da sua vida, escrito a partir do posto diplomático parisiense, do qual duas vezes se teve de demitir para não servir ditaduras.

João Chagas é ainda um dos políticos que mais sofreu pela sua causa, que era a da República liberal, a da Liberdade, tendo estado preso na cadeia da Relação do Porto, em 1891, e logo depois degredado em Moçâmedes, de onde se evadiu, para ser de novo capturado e enviado outra vez para a "costa de África", agora na fortaleza de São Miguel, em Luanda, sendo mais tarde amnistiado, tornando às lides jornalísticas no final do século XIX. Uma vez ainda conheceria, por alguns dias, os cárceres, em começos de 1905, na derradeira fase da ditadura franquista: salvou-o, desta feita, o acto isolado de Buiça e Costa, os tiros do Regicídio...

Chagas foi um dos mais activos e eficientes preparadores da conspiração republicana, destacando-se sobretudo como inimigo virulento da ditadura de João Franco, de 1906 a 1908, sendo uma vez mais preso, agora no Quartel dos Paulistas, em 1908. Contra João Franco e a sua dementada ditadura – que se havia de traduzir na derrocada da própria realza – escreveu Chagas crónicas que, reunidas, formam os dois mais belos e vigorosos livros de reflexão política em época – os livros *1908* e *João Franco*. Triunfando a República em 1910, teve Chagas o seu momento de glória, vendo os seus esforços de conspirador e panfletário vigoroso e imensamente lido por um público fidelíssimo, consagrados enfim com o lugar de representante diplomático português em Paris, do qual se havia, porém, de demitir duas vezes, ambas por causa de dois militares que o tinham ambos servido no efémero primeiro governo constitucional, precisamente por ele dirigido, de Setembro a Novembro de 1911: o general Pimenta de Castro e o major Sidónio Pais, protagonistas de duas ditaduras castrenses, primeiro em 1915 e, depois, em 1917. Assim, pois, Chagas como fundibulário e depois diplomata da causa da Liberdade republicana, teve no seu activo honroso o repúdio de três ditaduras que encontrou no caminho da sua vida, tendo-lhe o destino misericordioso poupado o desgosto de ver uma nova experiência ditatorial despontar no ano seguinte ao da sua morte.

Em suma, jornalista combativo, cronista literário e de ideias, panfletário, degredado, diplomata, efémero primeiro ministro, diplomata ligado sobretudo aos esforços que haviam de conduzir, em 1916, à entrada de Portugal na primeira guerra mundial – o que pode ser visto como uma política funesta ou, pelo menos, desnecessária para os reais interesses do nosso país na altura –, João Chagas ostenta no seu brasão de "jacobino" janota um impressionante conjunto de prisões que começam nos tempos da monarquia e duas demissões do seu lugar em Paris, já durante a República, agora por causa de duas ditaduras republicanas que se recusou a servir, prosseguindo o combate que o levava a escrever contra João Franco, o qual, como republicano, intransigentemente combatera também. Ao transmitir para Lisboa a sua recusa em servir a revolução sidonista, Chagas lembrou no seu telegrama a fidelidade aos ideais que já o tinham levado, dois anos antes, a demitir-se aquando da ditadura de Pimenta de Castro. Leiamos este texto que telegrafou para Sidónio, ao cuidado do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

"Não me sendo lícito declinar as minhas funções nas mãos da Junta Revolucionária, aguardei, logo que tive conhecimento completo dos acontecimentos de Lisboa, que estivesse constituído Governo. Está constituído sob a sua presidência, e pergunta-me qual a minha atitude. Não pode ser diferente daquela que determinou o meu pedido de demissão ao gabinete Pimenta de Castro, visto que as circunstâncias que me levaram a dá-la se renovam agora e agravam com a deposição e expulsão do Chefe de Estado eleito [Bernardino Machado], acto inadmissível que reputo profundamente prejudicial ao cargo que a República me confiou e que durante seis anos procurei desempenhar, não como homem de partido, que não sou, mas como português e como republicano. Só acrescentarei a esta comunicação a expressão da minha profunda mágoa por ver desfigurada a obra a que votei a minha vida e pela qual fiz tantos sacrifícios. — João Chagas."

(Telegrama datado de 14-XII-1917, Arquivo do M. N. E.).

Por fim, na trajectória intensa desta vida vivida ao serviço intransigente dum ideal, há que lembrar que, nomeado pela segunda vez, em seguida à revolução do 14 de Maio de 1915 — aquela que depôs a experiência ditatorial de Pimenta de Castro —, chefe do Governo, foi então João Chagas vítima dum atentado que lhe ia custando a existência e que se saldou afinal pela perda do olho direito: no comboio que o trazia do Porto para vir à capital tomar posse da chefia do gabinete para o qual fora nomeado após o triunfo da revolução que derrubara a ditadura pimentista, João Chagas teve a desdita de ser alvejado, durante a viagem, por um tresloucado que, procurando em vão Afonso Costa para o abater, acabaria por desfechar o seu revólver sobre o autor das *Cartas políticas*. Este episódio contou-o o próprio Chagas, de maneira aliás muito serena e nobre, no seu diário — um livro que é pena não ter sido reeditado com um prefácio digno dele, uma vez que a recente edição que por aí corre é de facto inferior nesse aspecto. Este episódio que teve João José de Freitas, um antigo senador republicano, como protagonista, merece ser lembrado, sobretudo porque, através dele, e transcendendo o mero *fait divers* sangrento, ao lado de tantos outros em que os 16 anos de atribulada vida a I República foi pródiga, se pode colher uma ideia dos ódios virulentos que avassalaram esse período. Os atribulados anos desse regime tornariam aliás quase que pacífica a existência dos derradeiros anos da monarquia constitucional mesmo nos seus momentos mais desatinados como os da ditadura franquista. Neste aspecto de ordem pública e de vivência quotidiana da política, aqui como em tantos outros, a I República foi de facto incapaz de assegurar a prosperidade do seu lema inicial de "Ordem e trabalho". Aquele homem de olhar desvairado que entrava na carruagem onde viajava Chagas, a mulher e Paulo Falcão, para lhe disparar à queima-roupa vários tiros que só por milagre não abateram João Chagas, não era contudo um simples alucinado ou um banal criminoso, pois distinguira-se sempre como um verdadeiro republicano que combatera também pelos seus ideais e que, desiludido depois com o rumo que o novo regime tomara sob o comando atribulado de Afonso Costa,

decidira vingar-se dum fado que achara inquinado. Fê-lo de maneira absurda e cruel, e acabou linchado pela multidão, na estação do Entroncamento, onde até um soldado disparou sobre o agressor, que ali ficaria, à espera que o enterrassem, enquanto Chagas seguia para Lisboa, entre a vida e a morte, para ser operado de urgência e salvo pelos cirurgiões, para, desiludido com aquele tão amargo e sangrento regresso ao Poder, preferir tomar ao seu posto de diplomata em Paris, definitivamente ferido na pureza das suas esperanças e anseios de democrata...

4. Sidónio Pais, chefe carismático

"Longe da fama e das espadas
Alheio às turbas, ele dorme,
Em torno há claustros ou arcadas?
Só a noite enorme."

Assim começava Fernando Pessoa uma longa, majestosamente patética e messiânica ode fúnebre dedicada ao "grande Morto" – como então era habitual chamá-lo na retórica dos jornais –, ou seja, Sidónio Pais, embalsamado no seu esquife nos Jerónimos, e para ali levado algum tempo depois da sua morte trágica, às mãos de José Júlio da Costa, na noite de 14 de Dezembro de 1918, à entrada da estação do Rossio, varado por duas balas que aquele alentejano exaltado lhe desfechara, convencido de ser um novo Bruto que vinha salvar assim a República implantada em 1910.

Aquelas palavras solenes do grande poeta e sidonista póstumo servem-nos para introduzir a questão de sabermos que espécie de regime foi afinal aquele que Pessoa, neste mesmo poema, dizia chefiado por um "Presidente-Rei", curioso monárquico-republicano na perspectiva do autor da *Mensagem*, porquanto, não tendo herdado a realeza dos pais, fora unguído monarca pelo sacramento da morte, ideia romântica mas, afinal, muito interessante do ponto de vista histórico, politológico e messiânico.

A curta experiência temporal – cerca de um ano apenas – do chamado Sidonismo, ou Dezembrismo, ou "República Nova" pode ser encarada de vários ângulos, consoante a virmos com olhos de politólogo, interessado este, sobretudo, em saber da natureza mesma do regime político que Sidónio representou a meio da primeira República demoliberal e parlamentar, ou com olhos de mero historiador, mais preocupado em situar a sua ditadura a juzante de outros tentames ditatoriais, nomeadamente o de João Franco, dez anos antes, e o de Pimenta de Castro, dois anos atrás, além de ser ainda ditadura a montante duma outra que, oito anos depois da sua morte, poria fim àquela primeira forma republicana para inaugurar entre nós um regime autoritarista, nacionalista e conservador que havia de durar cerca de meio século.

Pessoa, no mesmo poema que serviu de epígrafe a este texto, esse longo poema intitulado "À memória do Presidente Rei Sidónio Pais", dizia, a dada



"Dr. Sidónio Paes – Illustre Presidente da Republica, libertador da Patria Portuguesa". Legenda de um postal da época (1918?). Dimensões reais: 14x9,5cm.

altura, que ele tornaria "feito qualquer outro". É cómodo, nesta perspectiva histórica, ver em Sidónio (e no Sidonismo) um óbvio precursor de Salazar (e do Estado Novo, que de algum modo, até numa forma republicana, prolongava o nacionalismo republicano conservador da "República Nova"). Mas semelhante constatação exigiria, para não lhe ficar por uma evidência banal, que sublinhássemos, por exemplo, a especificidade do tipo ditatorial encarnado pelo major e ditador minhoto, tão diferente em tudo e até no estilo

de actuar e pensar, do frio professor católico coimbrão que havia de começar a dirigir Portugal desde 1928 e, de modo mais claro, a partir de 1932; e que separássemos os estilos e os cânones mentais e até ideológicos das duas ditaduras, afinal tão distintas se atendermos sobretudo aos seus dois protagonistas respectivos. Para começar, é difícil confundir o brioso militar e catedrático de Matemática, sinceramente republicano e até antigo "maçon", com o quase-sacerdote e ex-seminarista, depois catedrático de Direito e dirigente da "democracia cristã», frio misantropo sempre...

Por fim, ao falarmos de Sidónio, há que ter em conta o sentimento sebastianista e até claramente messiânico que a sua figura e governo então – e depois – suscitarão. O próprio poema de Pessoa citado no começo é exemplo flagrante desse veio sebastianista associada à figura daquele que teria caído num "novo Alcácer Kibir na noite" (como se exprimiu na mesma ode fúnebre). Um dos mais lúcidos colaboradores do major-ditador, o republicano Egas Moniz – futuro prémio Nobel da Medicina –, disse uma vez que Sidónio fora um homem cheio de virtudes e qualidades que um desvario messiânico perdera. Era preciso examinarmos até que ponto o Sidonismo não foi, de facto e em si mesmo, um messianismo consequente, vivido e perpetuado na memória transfiguradora de muitos como um lampejo sebastianista, um "aviso", como gostam de falar os crentes em milagres e ocultismo. A propósito, convém advertir que Pessoa, apesar do seu poema que temos vindo a citar, não considerava Sidónio como um D. Sebastião, mas sim como um pseudo-D. Sebastião¹.

Como se vê, muitas são as componentes do Sidonismo ou "República Nova" susceptíveis de nos fornecerem pistas de pesquisa histórica ou politológica, muitas delas interessantes e sem dúvida fecundas. Vamos, pois, observar de modo sucinto algumas delas.

Começemos por uma constatação: o tipo mesmo de chefia política inaugurado por Sidónio Pais, para além de ser de cariz obviamente ditatorial, remete para uma forma específica a que Max Weber chamou "carismática". Já o veremos.

Sublinhe-se ainda que, em relação ao conceito e à prática da ditadura – que tanta voga havia de ter nos anos vinte, fazendo eclodir regimes de tipo fascista ou apenas autoritarista, cesarista, como verdadeiros cogumelos durante os anos trinta, pela Europa e pelo mundo todo –, Sidónio preferiu sempre falar de *presidencialismo*, pensando sobretudo no modelo norte-americano em que o Chefe de Estado é também chefe de Governo, de modo que todos os ministros passam a ser seus secretários de Estado. A ideia duma República não-demoliberal, antes ditatorial, algo de semelhante ao que sucedera em França no período da Convenção da I República francesa, tivera

¹ Veja-se o nosso estudo "Fernando Pessoa e o Messias: sobre a Visão messiânica de Pessoa e do seu ideário político", in *Encontro Internacional de Fernando Pessoa*, Actas do Colóquio "Um Século de Pessoa", Lisboa, SEC, 1990, pp. 229-239; texto retomado no vol. XI da nossa *História de Portugal*, Alfragide, Ediclube, s.d. (1993), pp. 17-31.

aliás entre nós um teorizador ainda nos finais do regime monárquico-constitucional – Basílio Teles, um ideólogo "sui generis" que viveria à margem de toda a I República lusa, começando por recusar figurar no Governo provisório após o 5 de Outubro, só saindo do seu isolamento estudioso e um tanto extravagante precisamente durante o Decebrismo, pelo qual mostrou verdadeiro interesse, a avaliarmos pelo que então escreveu Joaquim Madureira, seu amigo e confidente.

Quanto à inegável forma de poder pessoal exercida por Sidónio, há que recordar a tipologia das formas de legitimidade apresentada pelo citado sociólogo e politólogo germânico Max Weber (1864-1920), que as distinguia em *legal*, *tradicional* e *carismática*, consoante tinham maior ou menor fundamento nesta ou naquela tendência: o domínio legal era de carácter racional e fundava-se na observância dos regulamentos ou regras estabelecidas pela razão, sendo a legitimidade dos dirigentes fundada na designação de acordo com leis pré-estabelecidas; os regimes democráticos e liberais pertenciam todos a este tipo de legitimidade, a legal. Quanto à legitimidade tradicional, mais própria dos regimes dinásticos ou monárquicos, ela baseava-se na crença na santidade da tradição em vigor em dada sociedade e na legitimidade dos que eram investidos segundo o costume.

Quanto ao domínio carismático, de que tinham sido exemplos flagrantes os profetas hebreus, os tiranos gregos, os "condottieri" italianos e alguns chefes militares como Napoleão, baseava-se ele na graça especial – e graça, em grego, diz-se *charisma* – que permitia ao chefe perpetuar-se no poder por dons próprios derivados da sua personalidade inabitual, extraordinária, suscitadora de adesões entusiásticas e de seguidores fiéis.

O herói carismático alcançava o poder e mantinha-se nele porque suscitava precisamente essa adesão derivada de qualidades sobrenaturais, extraordinárias, inacessíveis ao comum dos mortais. O carisma, segundo Weber, podia vir a conjugar-se com as outras duas formas de legitimidade da chefia, na medida em que nada impede pensar que um chefe carismático obtivesse depois a rotinização legal do seu poder ou viesse a constituir uma legitimidade de tipo reverencial, monárquica, fundando ele mesmo nova dinastia: era essa, de algum modo, o sentido da denominação de "Presidente-Rei" que lhe deu Fernando Pessoa. E era também esse o desejo de muitos que, ao receberem com entusiasmo as suas visitas pelo país, uma vez, pela boca de uma velha, no Norte, lhe gritaram: "Faça-se rei! Faça-se rei!".

Neste ponto convém advertir que estamos perante uma das dificuldades ou aporias essenciais do Sidonismo, uma vez que este, apoiado pelos monárquicos integralistas, aparecia porém aos sequazes do Pelicano real como um mero bonapartismo, sendo Sidónio encarado sobretudo como um usurpador que só tinha aberto a via para a restauração da realeza, mas que teria por força de dar, um dia, o lugar ao Rei legítimo, já que nunca podia, ele mesmo, ser legítimo, como presidente *eleito* da República que afinal era. Foi este, aliás, o sentido das advertências que, em pleno regime deembrista, lhe lança-

ram ideólogos monárquicos como António Sardinha e Alfredo Pimenta. Em Janeiro de 1918, o chefe de fila dos integralistas, Sardinha, observara que Sidónio estabelecera uma ditadura anti-legal – Max Weber diria antes *carismática*... – e que esta ditadura só seria viável e nacional quando deixasse de ser República. E logo a seguir ao golpe de Dezembro de 1917 que deitara abaixo a República de Afonso Costa, a ditadura "racional" do partido democrático, o mesmo Sardinha observava que a República não podia deixar de ser visceralmente afonsista – ou seja, dizemo-lo nós, fundada nos princípios demoliberais que tinham presidido à sua instauração em 1910, ainda que esses mesmos princípios fossem claramente atropelados na prática semiditatorial da governação afonsista, tão cheia de arbítrios e de prepotências, sem falar já no indecoroso cacicato, baseado sobretudo na colaboração dos "adesivos", e que lhe permitia ganhar todas as eleições. E um ano volvido sobre a revolução que guindara Sidónio ao poder e expulsara Afonso Costa do país, depois de o ter mantido preso em Elvas, o mesmo teórico integralista lembrava também:

"Se César é ditador, não é, porém, monarca."

Mais tarde, com Sidónio já morto, concluía mesmo que, até na sua morte, ele morrera como republicano, como um herói de Carlyle ou de D'Annunzio, mas não, em suma, como Rei... Seria preciso a imaginação sebastianista do Poeta para conceber que tinham sido as balas do assassino a ungi-lo Rei *in articulo mortis*...

Temos aqui, portanto, um dos paradoxos centrais da experiência sidonista: ela foi uma espécie de impossível quadratura do círculo republicano a partir de um cânone monárquico, uma tentativa de criar uma República realmente nova, ou seja, presidencialista e não-liberal, não-parlamentar, com um Parlamento, sim, mas um Parlamento que, além de estar assistido por uma câmara sócio-profissional – o que era já o claro prenúncio da futura câmara corporativa do Salazarismo –, era dominado por um quase-partido único (ou *partido quase-único*...), assistido de algumas minorias irrelevantes, de monárquicos e até de socialistas... O novo partido sidonista, criado a partir de uma antiga formação liderada por Egas Moniz e outros grupúsculos de cariz radical, onde avultavam os abrilistas e os machadistas (isto é, partidários de Machado Santos) – em suma, sectores republicanos que tinham combatido a quase absoluta hegemonia de Afonso Costa e do seu partido no Parlamento e na vida da primeira fase do novo regime –, o novo partido sidonista, dizíamos, era retintamente republicano e assim excluía os indefectíveis sequazes da causa monárquica que eram os jovens integralistas, elementos basilares, do ponto de vista doutrinário e prático, da experiência sidonista, e nunca se declarou com intuítos de *partido único*, o que então nunca fora pensado nem formulado ainda na vida política da Europa do tempo.

No fundo, é evidente que este partido, criado a partir do poder – o que nunca seria boa táctica –, pelo próprio poder, tinha já, em germe, a ideia do

partido único, da ideologia única, exclusiva, embora o Sidonismo não possa ser considerado como uma doutrina de grande clareza ideológica, até porque nele confluíam, além de adesões dos meios operários e sindicalistas, malquistados com a República demoliberal de Afonso Costa – por eles alcunhado de "racha-sindicalistas"... –, tendências raivosamente anti-republicanas, antiliberais, de par com um *presidencialismo* de contornos vagos, aparentemente de extracção norte-americana, na verdade precursor dos sistemas fascistas em voga a partir dos anos vinte. Este mesmo hibridismo haveria aliás de transitar para a ditadura do "Estado Novo", que em parte se podia definir como um republicanismo integralista – ou um *integralismo republicano* –, ou seja, como uma República formalmente estabelecida, sem rei nem dinastia, mas escorada, quanto ao essencial, em pressupostos colhidos na doutrinação e na acção concreta dos que, desde 1914, vinham combatendo com fúria e persistência o regime existente em Portugal, acervo a que haveria que agregar o cesarismo corporativo imaginado já por Oliveira Martins e o tentame ditatorial de João Franco, universo de experiências ou tentativas que ficaria completo com a doutrinação social da Igreja desde Leão XIII a Bento XV.

Agora, com Sidónio na chefia do Estado e renovada a República com a experiência carismática dum chefe que vivia do seu poder de seduzir, conduzir, ser amado e seguido, e uma vez mudado de todo em todo o estilo de governar e de agir – aos velhos patriarcas formalistas como Teófilo Braga ou Manuel de Arriaga ou mesmo Bernardino Machado, em geral de chapéu alto e poses solenes, opunha agora Sidónio um estilo populista de actuação quotidiana, com banhos de multidão, aparecendo quase sempre fardado – ou mesmo montando um cavalo branco – em cerimónias públicas onde o seu garbo viril seduzia todos, a começar pelas mulheres, viajando muito pelo país, visitando doentes da epidemia do tifo, mandando soltar presos dos cárceres... –, alterada a encenação e a natureza da República e substituída até a fraseologia demoliberal por uma retórica onde os temas autoritaristas e nacionalistas substituem, progressivamente, os velhos conceitos que, no fundo, vinham da revolução de 1820, emendada e ampliada a forma republicana anterior, a República Nova constituía-se, em suma, como uma espécie de enorme paradoxo político e social: porque, por um lado, era uma omelete sem ovos – ou seja, uma República cada vez mais dirigida por monárquicos, que aliás acabariam conspirando contra o major e ditador e tentariam, em começos de 1919, restaurar a realeza no Porto, fazendo-o aliás por cerca de 25 dias, sendo secundados por alguns dias nas imediações de Lisboa, na serra do Monsanto –, e porque, por outro, tentava articular adesões e interesses divergentes, às vezes opostos, como se viu com a progressiva desafeição que lhe foram mostrando os sectores operários, que acabariam também por tentar opor ao novo regime uma agressiva greve geral, em Novembro de 1918, fazendo o *Dezembrismo* orientar-se de modo claro para as direitas.

A estes paradoxos havia que somar outros, como o de querer mostrar-se aliadófilo, ao mesmo tempo que sabotava o nosso esforço de presença militar

combatente na Flandres, deixando de mandar para lá novos homens ou deixando de render os que por ali tinham a desdita de ficar, morrendo ao frio e na solidão apinhada das trincheiras.

A desafeição de alguns republicanos sinceros que lhe tinham dado colaboração desde o início – figuras indiscutivelmente republicanas como Machado Santos, o herói da Rotunda, e Carlos da Maia, outro herói do 5 de Outubro de 1910 (ambos seriam depois, como vimos já, assassinados durante a "noite sangrenta", em 1921) – foi reduzindo a base de apoio da República Nova, deixando-a tão só com a restauração do trono, ainda que se fossem servindo deste pseudo-rei que não passara dum Bonaparte transitório: um "Presidente-Rei", como lhe chamara Pessoa... O paradoxo final, a amarga ironia da sorte, quis que Sidónio tivesse sido assassinado precisamente quando partia para o Norte, para indagar e fazer abortar a conspiração monárquica então em marcha. E foi morto, não o esqueçamos, por um republicano ardente e fanático que via nele – nisto sem qualquer razão – o restaurador da realeza. Quem foi abatido à entrada da estação do Rossio era alvejado como o ditador que pervertera o regime implantado em 1910, traindo a causa dos Aliados, servindo a Alemanha e favorecendo os adeptos da realeza deposta. Aliás, pouco importa saber se o exaltado tiranicida chamado José Júlio da Costa tinha completa (ou alguma) razão na escolha dos motivos que o levaram a disparar e abater o presidente-rei Sidónio Pais, na noite de 14 de Dezembro de 1918, deixando-o, desde então, petrificado na eternidade e no Mito, e, como escreveu Pessoa no poema lido ao começo desta charla, rodeado pela "noite enorme": o facto é que o crime se deu e o mistério sidonista despertou então para uma nova vida, ainda mais fantástica e estranha que a primeira, – agora toda no plano do Mito²

² Veja-se o nosso estudo *Morte e Transfiguração em Sidónio Pais*, Lisboa, Cosmos, 1994.